



DECRETO Nº 002 DE 1º DE JANEIRO DE 2021.

PUBLICAÇÃO  
verifico que nesta data foi publicada no  
quadro de aviso da Prefeitura Municipal  
de Belém de Maria, a presente portaria  
decreto leis e resoluções.

01 / 01 / 2021

Secretária

MANTÉM A DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO “ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA”, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BELÉM DE MARIA, ESTADO DE PERNAMBUCO, EM VIRTUDE DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, COVID - 19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELÉM DE MARIA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que, no âmbito do Município de Belém de Maria, a pandemia do novo coronavírus e as correlatas medidas de enfrentamento vêm impondo isolamento de população, de forma preventiva, e interrupção de serviços essenciais tais como: educação, com aulas paralisadas, distanciamento social e utilização de máscaras por motivos de prevenção;

CONSIDERANDO que a queda de arrecadação própria decorrente da paralisação e crise da economia local, e que a maior parte da receita do Município de Belém de Maria advém da arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, e que devido ao fechamento de vários estabelecimentos inclusive prestadores de serviço, não existirá o fato gerador e de transferências intergovernamentais, ocorrendo justamente no momento em que se opera a necessidade de incremento de ações assistenciais e de saúde de socorro à população que poderá ser atingida;

CONSIDERANDO a necessidade de intensificar as medidas de enfrentamento ao coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto no art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê a suspensão da contagem dos prazos e as disposições estabelecidas em seus artigos 23, 31 e 70, bem como dispensando o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º, na ocorrência de calamidade pública reconhecida, no caso dos Municípios, pelas Assembleias Legislativas, enquanto perdurar a situação;

CONSIDERANDO que a situação epidemiológica em nosso país é dinâmica, e que esse quadro pode alterar com o passar dos dias a partir de novas deliberações que forem tomadas com base no cenário sanitário nacional, estadual ou municipal;

CONSIDERANDO a declaração de situação anormal, caracterizada como “Estado de Calamidade Pública”, no âmbito do Estado de Pernambuco, em virtude da emergência de



# Special Report

## Special Report 344-1 NBS Special Report 344-1 NBS Special Report 344-1

Special Report 344-1

Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1

Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1

Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1

Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1

Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1

Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1

Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1

Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1

Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1  
NBS Special Report 344-1



saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, prevista no Decreto nº 48.833, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 49.959, de 16 de dezembro de 2020, que mantém a declaração do estado de calamidade pública no âmbito do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO as vedações impostas nos arts. 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, quando extrapolados os limites prudencial e total de despesas de pessoal, a impedindo as contratações necessárias ao reforço de equipes que atuam no enfrentamento da pandemia;

CONSIDERANDO a inexistência de um cronograma definido de início e de conclusão do processo de imunização da população brasileira contra o coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de direcionamentos de ações para o enfrentamento aos efeitos causados pela pandemia relacionada ao COVID-19, e que a anormalidade verificada neste momento exige a adoção de todas as medidas para preservação da saúde pública, bem como a necessidade de realização de medida benéficas em favor de pessoas em estado de carência e vulnerabilidade no âmbito deste Município;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 21, inciso XVIII, da Constituição Federal e na alínea "c" do § 1º do art. 250 da Constituição do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de manutenção das medidas sanitárias e administrativas voltadas ao enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica mantida a decretação de situação anormal, caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", no âmbito do Município de Belém de Maria, Estado de Pernambuco, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, desastre de natureza biológica, causado por epidemia de doenças infecciosas virais, de que trata o Decreto nº 011, de 26 de março de 2020.

**Parágrafo único.** A decretação a que se refere o caput terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 2º.** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal continuarão a adotar todas as medidas necessárias ao enfrentamento do "Estado de Calamidade Pública".

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 e vigorará até 30



The following information was received from the  
 [Name] on [Date] regarding [Subject].  
 [Name] stated that [Description of information received].  
 [Name] further stated that [Additional information].  
 [Name] also mentioned that [More details].  
 [Name] concluded by saying that [Final statement].  
 [Name] is currently [Status].  
 [Name] has been [Action taken].  
 [Name] will be [Future action].  
 [Name] is expected to [Timeline].  
 [Name] should [Recommendation].  
 [Name] will [Next steps].  
 [Name] is [Current status].  
 [Name] has [Recent update].  
 [Name] is [Ongoing process].  
 [Name] will [Upcoming event].  
 [Name] is [Current phase].  
 [Name] has [Recent development].  
 [Name] is [Ongoing work].  
 [Name] will [Upcoming task].  
 [Name] is [Current progress].  
 [Name] has [Recent achievement].  
 [Name] is [Ongoing effort].  
 [Name] will [Upcoming goal].  
 [Name] is [Current status].  
 [Name] has [Recent update].  
 [Name] is [Ongoing process].  
 [Name] will [Future action].  
 [Name] is [Current status].  
 [Name] has [Recent update].  
 [Name] is [Ongoing process].  
 [Name] will [Future action].  
 [Name] is [Current status].  
 [Name] has [Recent update].  
 [Name] is [Ongoing process].  
 [Name] will [Future action].






de junho de 2021, ficando sua eficácia condicionada à convalidação do reconhecimento do Estado de Calamidade Pública pela Assembleia Legislativa do Estado, na forma do art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito, Belém de Maria (PE), sexta-feira, 1º de janeiro de 2021.

  
ROLPH EBER CASALE JÚNIOR

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELÉM DE MARIA



Very respectfully,  
[Faint signature]

Very truly yours,  
[Faint signature]

Very truly yours,  
[Faint signature]

